

## Construindo um modelo para terapia de casal

A atividade clínica conduz à compreensão da enorme importância que os cônjuges dão a suas relações afetivas, descrevendo-as mesmo como definidoras de grande parte de sua auto-estima e bem-estar, com um profundo impacto em suas questões pessoais, na construção de suas subjetividades e de si-mesmos.

Assim, a Psicoterapia de Casal é um entrecruzar de questões humanas que envolvem a construção da subjetividade dos participantes no encontro terapêutico, no qual o emocionar e o interagir são salientes e, em última instância, o que realmente importa.

Nessa situação, parece fundamental explorar e compreender as relações entre o emocionar, o dialogar, o interagir e a construção de significados emocionados e seu impacto na subjetividade. Estes aspectos refletem a complexidade do encontro terapêutico e do ser cônjuge, como relações sociais e espaço para construções do si-mesmo. Sinteticamente alguns pontos se ressaltam como pivotaes para uma prática da Terapia de Casal.

A conjugalidade guarda possibilidades de grande riqueza teórica ao ser pensada sistemicamente, mostrando novas facetas à medida que a complexidade de construção do observador modifica-se, revelando, desde uma análise sistêmica ancorada na primeira cibernética, uma descrição da conjugalidade como uma interação em andamento, até a abordagem do terapeuta como co-construtor social do sistema conjugal.

A conjugalidade pode, portanto, ser vista desde o ponto de padrões interacionais em andamento, com um desenvolvimento previsível possível, ou como um sistema de produção de subjetividades e sentido aberto. As diversas descrições possíveis enriquecem tanto a compreensão da conjugalidade como abrem possibilidades terapêuticas múltiplas. Nesse sentido a conjugalidade não se dá no vazio, mas em um contexto psicossocial no qual se cruzam diversas instâncias que constroem a experiência única de cada relação. No entanto, esta relação revela, mesmo na insatisfação, a emocionalidade do viver humano mais do

que qualquer outra. A compreensão e valorização do emocional na relação conjugal indicam algo da experiência do humano como aponta Maturana (1997):

É o modo de vida homídeo que torna possível a linguagem, e é o amor como a emoção que constitui o espaço de ações em que se dá o modo de viver homídeo, a emoção central na história evolutiva que nos dá origem. (p. 174).

Neste espaço de construção emocionada se dá a produção de subjetividades, que por outro lado é resultado do entrelaçamento destas. As relações humanas produzem e são produzidas pela criação contínua de atos emocionados subjetivos. Assim, a relação com um outro emocionalmente significativo é uma expressão da construção subjetiva do sujeito e, ao mesmo tempo, constrói o “si-mesmo” que se expressa em um processo recursivo, mas aberto.

Essa abertura implica que a conjugalidade realiza-se em um espaço social construído e construtor de significações emocionadas e sentido, no qual múltiplos contextos entrecruzam-se propondo, muitas vezes, pautas de ação conflitantes e antagônicas (Pearce, 1994, 2002).

O encontro psicoterapêutico é um lugar de desconstrução, reconstrução, e construção de novos atos, relatos e interações emocionadas como produto e produzindo subjetividades, incluindo o terapeuta como ator da cena terapêutica. Essa produção se realiza no campo da linguagem ou do languagear que se realiza em um espaço dialógico com foco na facilitação dos processos auto-organizadores. Mas também é de produção de compreensões e de distinções entre processos e ações, e o que convida a responsabilidade de co-construção distintiva da repetição limitante.

Cabe agora explicitar o enquadre no qual estas posições revelam seu sentido, desenvolvendo suas implicações recursivamente.

## 6.1

### **Construtivismo: contribuições para um enquadre**

O termo construtivismo, em um sentido mais amplo, descreve um conjunto de abordagens, que apontam para o conhecimento como uma construção. Serão discriminados epistemologicamente, no correr do texto, suas variantes mais

significativas e influentes no campo da Terapia de Família e Casal: o Construtivismo Radical e o Construcionismo Social (Grandesso, 2000).

A ruptura epistemológica instaurada com as críticas às pretensões da modernidade de atingir um conhecimento representacional, com a objetividade como meta metodológica e uma irrelevância do observador, revelou-se na crítica da linguagem como representação, e na crítica do conhecimento como espelho do mundo (Neubern, 2002; Pearce 1994; Von Glasersfeld, 1991, 1994; Von Forster, 1994, Watzlawick, 1981).

A percepção dessa ruptura, no pensamento moderno, pode ser considerada como tendo início na chamada crise dos fundamentos da Matemática que, retrospectivamente, indicou um limite do paradigma newtoniano-cartesiano. Este implicava, a priori, que a Matemática era a linguagem do universo, como afirmava Galileu Galilei “*a Matemática é o alfabeto com que Deus escreveu o universo*”, e a matematização a linguagem de descrição objetiva da realidade, derivando daí a busca de matematização de todas as ciências como ideal de descrição fundacional ontológica da modernidade (Davis e Hersh, 1985).

A crise dos fundamentos da Matemática instalou-se com surgimento de geometrias não-euclidianas, como as de Riemann e Lobachevsk que, para surpresa dos matemáticos de então, revelaram-se consistentes. Rompia-se, assim, a suposição da colagem entre a Matemática e o universo, entre a geometria euclidiana e o espaço tridimensional e dos fundamentos da matemática na geometria (Davis e Hersh, 1985).

De tal ruptura surgiram algumas das maiores contribuições do pensamento do fim do século XIX e início do século XX, como tentativas de elucidar a questão e restabelecer os fundamentos da Matemática. Contribuições como o Logicismo de Russell, que resultou na Teoria dos Tipos Lógicos, o Teorema de Gödel, a Máquina de Turing, a Fenomenologia, o Construtivismo, entre muitos outros. Esta crise paradigmática atingiu, primeiramente, as Ciências Exatas e só após a metade do século XX, as demais ciências que, até então, permaneciam ligadas à abordagem newtoniano-cartesiana (Kuhn, 1975; Capra, 1985; Davis e Hersh, 1985).

Tais contribuições continuaram durante o século XX centrando-se na questão da linguagem, do conhecimento, e da sociologia da construção do sujeito.

É dentro desta vertente que encontramos a emergência das visões construtivistas em suas muitas vertentes (Wilbur, 2000; Grandesso, 2000).

### 6.1.1

#### Antecedentes

No limite deste trabalho pretende-se apenas delinear o contexto de surgimento da perspectiva construtivista, considerando a diversidade de recortes e de ênfase que diversos autores construtivistas fazem ao apontarem seus antecedentes. Assim, as considerações de Von Glasersfeld (1991, 1994, 1996a) Hernandez (1995) e Grandesso (2000) serão tomadas como referência de um recorte possível, uma construção de um enquadre não exaustivo.

Hilary Putnam (em Von Glasersfeld, 1994) observou: “*dos pré-socráticos até Kant, não há nenhum filósofo que não tenha sido em seus princípios elementares, irredutíveis, um realista metafísico*”. (p. 26). Mesmo que as diferentes escolas de filosofia tenham divergido sobre o que existe ou, como saber sobre o que existe, todas estavam de acordo em vincular o conhecimento a uma realidade objetiva. Realista metafísico é, portanto, aquele sujeito que vincula a verdade à noção de correspondência à realidade independente e objetiva.

Apesar da tese kantiana de que a mente não descobre as leis da natureza, mas as impõe a si, grande parte da ciência é feita, ainda hoje, como se descobríssemos leis ocultas, lançando luz e alargando o horizonte do conhecimento humano em um espelhamento do universo (Rorty, 1997). Tal posição é compreensível uma vez que a tradição pré-kantiana era, e é, demasiado sedutora, próxima ao senso comum.

Assim, os empiristas críticos como Locke, Hume, os Mills e vários empiristas lógicos do presente século localizaram a fonte do conhecimento (como representação mental) nos eventos do mundo “real”. Portanto, o conhecimento deveria copiar os contornos deste mundo (Gergen, 1985).

Em contraste, filósofos como Espinosa, Kant, Nietzsche e vários fenomenologistas tenderam a adotar uma perspectiva endógena quanto às origens do conhecimento. Neste caso, o conhecimento depende de processos internos ao organismo, considerando que os humanos apresentariam tendências inatas a

pensar, categorizar, processar informações, e que estas (ao invés das categorias do mundo em si-mesmo) é que seriam de importância capital na configuração do conhecimento (Gergen, 1985).

Na perspectiva construtivista, de outro modo, o conhecimento não corresponde, ele apenas se encaixa. No entanto, é importante ressaltar que:

... o princípio fundamental da teoria do conhecimento construtivista radical coincide com o preceito básico do evolucionismo: da mesma forma como o meio impõe limitações aos seres vivos (estruturas orgânicas) e elimina as variantes que transgridem as possibilidades de vida dentro do espaço, assim limitado, assim também o mundo da experiência quer se trate da experiência cotidiana quer da experiência laboratorial constitui a pedra de toque para nossas idéias (estruturas cognitivas) (Von Glasersfeld, 1994, p. 28).

Isto significa que a realidade não indica qual conhecimento é o mais “apto” ou verdadeiro, mas apenas rejeita as impossibilidades. O construtivismo, portanto, desenvolve-se ancorado em uma teoria do conhecimento, na qual este não se refere a uma realidade ontológica objetiva, mas exclusivamente ao ordenamento e a organização de um mundo constituído por nossas experiências. Para o construtivismo: *“a inteligência organiza o mundo organizando-se a si-mesma”* (Piaget, 1937, p. 311).

Quanto à questão fundamental de como a cognição pode se relacionar com o mundo ontológico, situado para além da nossa experiência, a posição de Piaget, indiscutivelmente um construtivista, revela uma certa ambigüidade (Von Glasersfeld, 1994a). E, certamente, ele não é o único. Campbell (1974) afirma em sua conclusão que a epistemologia evolutiva, proposta por Karl Popper e ele mesmo, seria amplamente compatível com a defesa das metas de realismo e objetividade na ciência. No entanto, ele mesmo aponta que:

A questão passível de controvérsia é a inclusão conceitual do mundo real, definindo-se o problema do conhecimento como encaixe de dados e teoria com este mundo real (Campbell, 1974, p. 56).

Críticos como Skagestad (1978) e Von Glasersfeld (1994, 1991) sugerem no entanto que a teoria da epistemologia evolutiva caminha na direção oposta, revelando a impossibilidade de um realismo epistemológico.

As dúvidas sobre a correspondência entre conhecimento e a realidade ocorrem desde Xenofanes, um dos primeiros pré-socráticos, para quem:

Nenhum homem viu ou haverá alguém que conheça sobre os deuses e acerca de tudo o que eu digo; pois ainda que no máximo acontecesse dizer que é perfeito, ele próprio não saberia: a respeito de tudo existe uma opinião. (Em Von Glasersfeld, 1994 p. 32).

Ou então, desde Sexto Empírico que se perguntava sobre a irrespondível pergunta de se, ou em que medida, toda imagem, como de uma maçã, que nossos sentidos nos transmitem, pode corresponder à realidade objetiva. Esta pergunta, ainda hoje, constitui o cerne de toda teoria do conhecimento. A pergunta não tem resposta pois, como argumentou Sexto Empírico, poderíamos no máximo comparar nossas percepções, mas jamais nossas percepções com a maçã em si mesma (Von Glasersfeld, 1994).

Kant apresentou outro argumento ainda mais perturbador sobre a questão, ao declarar as percepções da realidade como campo de fenômenos ao considerar o tempo e o espaço como aspectos apriorísticos de nosso modo de experimentar. Estava, assim, minada toda possibilidade de confiabilidade *a priori* de nossos sentidos e de nossa racionalidade para compreensão do mundo em que vivemos (Von Glasersfeld, 1996b). Dessa maneira, colocava-se, alternativamente, outra pergunta: Como se explica que possamos buscar e, ainda, encontrar uma estrutura no nosso mundo da experiência, quando tal estrutura não pode ser derivada da realidade? Esta é a questão fundamental ao redor da qual o construtivismo, em suas várias vertentes, se articulou para dar uma resposta.

Talvez o primeiro filósofo que tenha elaborado uma proposição construtivista para o conhecimento tenha sido Vico, em 1710, ao propor que:

Assim como a verdade de Deus é o que Deus chega a conhecer ao criar e organizar, a verdade humana é o que o homem chega a conhecer ao construir, formulando-o por suas ações. Por isso a ciência é o conhecimento das origens, das formas e do modo como foram feitas as coisas. (Em Von Glasersfeld, 1994, p. 33)

Vico, ao focar o aspecto operacional do conhecimento antecipou o afirmativo construtivista do século XX, em outro contexto, ao afirmar que o “*Verum ipsum factum*”, isto é, ao sugerir que o verdadeiro e o feito são a mesma coisa.

Sintetizando o pensamento de Vico, a construção do conhecimento não se restringe pela meta de corresponder a uma realidade objetiva, que não pode ser nem experimentada e nem conhecida, mas pelas restrições nas condições provenientes do material utilizado, o qual, seja concreto ou abstrato, é decorrência sempre dos resultados de uma construção anterior. Com esta idéia de conformidade dentro de certas restrições, Vico antecipou o conceito de viabilidade, central para teoria do conhecimento construtivista.

Diversos outros autores são associados à evolução do pensamento construtivista com especial ênfase nos pragmatistas, sobretudo William James, John Dewey, e Georg Hebert Mead. Também Wittgenstein, em seu último período, em sua abordagem dos jogos da linguagem e, em perspectiva, de que as regras não são algo diferenciado da própria atividade, é apontado como crítico de concepções realistas ou racionalistas (Pearce, 1996).

Mas, apenas no final do século XIX e início do século XX é que o construtivismo expressou-se na jovem ciência da Psicologia.

Sánchez, Fernández e Loy (1995, 1993) consideram três psicólogos como precursores do Construtivismo em Psicologia: Wundt, em sua tentativa de relacionar o experimental-racional-objetivo com o psicológico-experiencial; Baldwin e sua Psicobiología Genética; e Helmholtz, que propôs as sensações como formas à *priori*, e assim defendeu a natureza das intuições kantianas como construções funcionais subjacentes, deslocando empiricamente a transcendência kantiana do sujeito, para a noção de um sujeito que se faz e intui.

O conceito de função demonstra-se também essencial ao construtivismo, e Sanches et al (1993) apontam a relação antecedente do conceito de função psicológica na obra de Wundt, William James, Bain, e Baldwin. Este último incorpora e desenvolve esse conceito, ao criticar aspectos dos conceitos de Wundt e William James. Assim, Baldwin adota a síntese wundtiana, mas critica seu idealismo centrado nos conceitos de apercepção e experiência. Afirma assim a relação mente –evolução de William James, mas critica seu dualismo e conceito de atenção. Adota o princípio de excesso motor de Bain, mas refuta o seu empirismo residual, introduzido a partir do seu conceito de “movimento espontâneo”.

Deste modo, Baldwin propõe o conceito de “Reação Circular” que se torna o centro de sua Psicologia Genética Construtiva e de sua proposta de reinterpretação da Seleção Natural como Seleção Orgânica.

Já no século XX, Martorelli (1998) aponta a teoria dos Construtos Pessoais de Kelly (1955) como primeira síntese do pensamento Construtivista, com profundas implicações tanto para psicologia social como para psicoterapia, inaugurando um novo paradigma sócio-cognitivo (Hernandez, 1995).

A abordagem piagetiana também se configura de capital importância, ao propor o sujeito como produtor ativo do conhecimento. Piaget, que foi um dos alunos de Baldwin, desenvolveu uma teoria completa da cognição e do desenvolvimento cognitivo de cunho construtivista. Ao longo de suas obras Piaget reiterou que a cognição era uma atividade adaptativa de organização do sujeito, de construção de sua estrutura (Piaget, 1937).

Von Glasersfeld (1994) aponta ainda a contribuição da cibernética no surgimento da abordagem construtivista, bem como os trabalhos seminais de Shannon e Weaver (1949) sobre a Teoria da Comunicação, desenvolvendo as teorias de auto-regulação e auto-organização nas versões da primeira e segunda cibernética (Esteves-Vasconcelos, 1993, 1995).

Pela perspectiva da cibernética, os sistemas autoregulados são sistemas fechados do ponto de vista da informação. De acordo com Shannon e Weaver (1949), dentro de sua Teoria da Informação, o significado dentro da rede de comunicação nunca é transmitido entre o emissor e receptor, mas apenas os sinais. Todavia os sinais só podem ser considerados como sinais, e não como ruído, se houver como reconhecê-los e decodificá-los e, para tanto, é preciso conhecer o significado a princípio. Assim, o conhecimento só é passível de ser transmitido se houver uma co-participação e coordenação anterior.

Pearce (1996) aponta a importância de Bateson (1972), em seu pensar criativo sobre a mente entrelaçada nas suas construções sistemicamente. E a contribuição de Von Bertalanffy (1977) em suas reflexões sobre sistemas.

O pensamento construtivista expandiu-se na segunda metade do século XX, após um longo intervalo no qual a visão realista e racionalista imperou, desdobrando-se em diferentes perspectivas (Grandesso, 2000).

### 6.1.2

#### Construtivismo ou construtivismos?

Sob o rótulo de construtivismo encontramos, mais do que uma escola, um movimento com muitos viéses, cuja principal característica é a afirmativa da interdependência entre o observador e o universo observado, e que vê o conhecimento como atividade construtiva do conhecedor.

Assim, ao propor uma teoria do conhecimento ativo, no qual a relação entre o conhecedor e objeto é não trivial, abandona-se toda pretensão de alcançar um conhecimento ontológico, propondo uma teoria do conhecimento como uma construção.

... o construtivismo lida com conhecer, não com ser... Como um construtivista eu nunca disse (nem mesmo poderia dizer) que não há um mundo ôntico, mas posso dizer que não podemos conhecê-lo. (Von Glasersfeld, 1991, p. 17).

Em sua forma mais radical o Construtivismo afirma não só a impossibilidade de conhecer o mundo, como também questionar que mesmo a afirmação de sua existência como certeza, que parece trivial para todos nós, não é possível, pois seria epistemologicamente uma afirmação ontológica (Watzlawick, 1994).

O conhecimento, assim concebido, organiza e é resultado da organização peculiar do observador. Tal posicionamento levou muitas vezes a afirmativas que confundem a dimensão ontológica e epistemológica do conceito de realidade. Como Mahoney (1991) quando afirma, em sua crítica ao Construtivismo Radical, que este “*coloca-se nas cercanias da posição clássica do idealismo ontológico, argumentando que não há nenhuma realidade (mesmo hipotética) além da experiência pessoal.*” (p. 11).

A realidade, para o construtivista, é inventada, como conhecimento criativo, que organiza e acopla o organismo, estruturalmente, ao mundo, no sentido epistêmico, mas não no ontológico. A posição do conhecimento como algo construído reforça a idéia de que jamais conheceremos a coisa em si-mesma, mas que podemos construir conhecimentos que nos organizam ao nos relacionar com o mundo. Assim, para Von Glaserfeld (1996) o construtivismo:

...não nega uma 'realidade' ontológica, meramente nega ao experimentador humano a possibilidade de obter dela uma representação verdadeira. O ser humano pode alcançar este mundo somente quando um modo de agir ou um modelo de pensar falham em alcançar uma meta desejada. (p. 30).

Essa posição tem curiosa ressonância com a posição Popperiana para o problema da indução, que propõe que nenhuma teoria pode ser provada como verdadeira, e que o máximo que se pode fazer para conhecer é refutar, dentro de critérios estabelecidos por uma comunidade de praticantes de uma dada ciência, hipóteses, propostas (Popper, 1972).

Na literatura encontramos visões alternativas do Construtivismo que se revelam na proliferação de rótulos, tais como: O Construtivismo Piagetiano (Piaget, 1937); O Construtivismo trivial que Von Glasersfeld (1994) opõe ao Construtivismo Radical (Watzlawick, 1994; Von Glasersfeld, 1994, 1996a); Construtivismo Crítico ou Psicológico (Mahoney, 1997); Construtivismo Social (Bruner, 1990, Mascolo, 1994); O Alternativismo Construtivismo de George Kelly e associados (Kelly, 1955); o Construtivismo Cultural (Wedge, 1996); Construtivismo Epistemológico e Construtivismo Hermenêutico (Chiarie e Nuzzo, 1996); O construtivismo Terapêutico (Miro, 1998); O Construcionismo Social (Gergen, 1998) e o Construcionismo Social Responsivo-Retórico (Shotter, 1997).

Todas essas versões apresentam discussões, na literatura, sobre diferenças, pertinências e, consistentemente com o pensamento pluralista pós-moderno, diálogos sobre as aproximações. Ultrapassaria muito o limite deste trabalho uma discussão pormenorizada da visão construtivista em toda a sua complexidade. Assim, destacarei alguns aspectos pertinentes ao tema, selecionando as aproximações entre o Construcionismo Social e Construtivismo Radical, que, em uma abordagem epistemológica consistente com o paradigma da complexidade, revela uma complementaridade em uma lógica disjuntiva (Morin, 1996b; Grandesso, 2000) e possui importante influência no campo da Psicoterapia de Família e Casal.

### 6.1.3

#### **Construtivismo radical e construcionismo social: diálogos**

A prática clínica de orientação sistêmica tem se caracterizado, nas últimas décadas, pela contribuição de críticas pós-modernas, do Construtivismo Radical e Construcionismo Social. Ambas as vertentes construtivistas são marcadas por pluralidades de posicionamentos e diferenças, mas, no entanto, mantêm centralidade em alguns pontos teóricos e epistemológicos consistentes com o pensamento pós-moderno.

Os proponentes da abordagem do Construcionismo Social tendem a diferenciá-la das outras vertentes construtivistas pela ênfase na construção social do conhecimento e na crítica ao centramento das outras propostas nos processos individuais de construção do conhecimento. O Construcionismo fundamenta-se em um modelo sociocultural de mente, de acordo com o proposto por Vigotsky (1996, 1984), que considerava que o funcionamento mental tem a sua origem nos processos sociais e não nos indivíduos isolados (Gergen, 1994),

Já o Construtivismo Radical assume como foco de discussão o processo de construção do indivíduo e de sua realidade como processo cognitivo ativo. Esse se fundamenta em uma visão cibernética, de primeira e segunda ordem, na biologia em especial nos estudos da cognição e nos estudos da linguagem (Von Glaserfeld, 1996a).

Uma melhor compreensão dessas propostas e sua possível complementaridade podem ser obtidas pela aproximação comparativa de ambas as abordagens em sua diferenciação de outras perspectivas fundacionais e, pela distinção entre ambas, nos seus enfoques metodológicos e epistemológicos. Embora diversos autores como Gergen (1994), Von Glasserfeld (1996b) ou Pearce (1996) apontem diferenças entre estas perspectivas, muitos pontos em comum unem ambas as abordagens. Esta parece ser uma das razões, além de seus antecedentes filosóficos comuns, para autores como Hernandez (1995), em sua revisão, afirmarem a inexistência de real diferença entre elas.

De fato, as duas as perspectivas desafiam a existência epistemológica de um conhecimento ontológico possível de um mundo real. Ambas justificam essa posição como uma decorrência lógica da construção do conhecimento, implicando

em uma crítica sobre as garantias fundacionais de uma ciência empírica. Isto não significa o descarte de métodos empíricos, pois de fato, autores tanto construtivistas como construcionistas citam estudos com métodos experimentais e os utilizam. Contudo, ressaltam o cuidado de apontar os limites interpretativos e consensuais dos resultados obtidos, reveladores, não apenas do que se estuda, mas também, de quem conhece e da rede social onde este conhecimento é produzido (Watzlawick, 1981; Von Foster 1960, 1994; Von Glasserfeld, 1991, 1994, 1996a; Gergen, 1985).

Do ponto de vista metodológico, existe uma compatibilidade entre essas abordagens na medida em que elas focam o construir do mundo como experiência e não o mundo em si-mesmo no sentido ontológico (Pakman, 1997):

Assim tanto o Construtivismo Radical quanto o Construcionismo Social, antes de dizerem como o mundo é, apontam para como o mundo pode parecer quando trabalhamos com ele. (Grandesso , 2000, p. 97).

Epistemologicamente apontam para o conhecimento como algo criado a partir das distinções do observador, e para a experiência da realidade como construção. Deste modo, desafiam a visão tradicional da mente individual como espelho da natureza ou da realidade, tornando impensável qualquer pretensão de objetividade no sentido ontológico. Desta forma, elas afirmam a inadequação de se abordar a linguagem como observação icônica do mundo, desenvolvendo uma postura pragmática (Rorty, 1979).

A noção de reflexividade e auto-referência na construção do conhecimento introduz um enlaçamento recursivo entre o conhecedor, o conhecimento e o objeto. Todos os métodos derivados da ciência clássica, que não levam em consideração seus próprios efeitos na construção tanto do conhecimento quanto do objeto de estudo, são questionados em suas pretensões (Von Glaserfeld, 1996; Gergen, 1994).

Pakman (1997) considera que o Construtivismo Radical e o Construcionismo Social compartilham de um mesmo território, pelo fato de promoverem a reflexão sobre nós mesmos, os conhecedores, como parte das observações que fazemos. No Construtivismo Radical este foco é mais intenso nas operações de construção, e no Construcionismo Social, à medida que suas raízes

derivam do pensamento crítico social, cultural e político, na necessidade constante de questionamento de nosso próprio viés.

Apesar de possuírem uma base comum, que se reflete em diversos aspectos das produções dos autores de ambos os movimentos, ainda assim existem distinções apontadas por diversos autores como Gergen (1994), Von Glaserfeld (1994), Pearce (1994), entre outros.

Por outro lado, as divergências fundamentais entre o Construtivismo Radical e o Construcionismo Social organizam-se em torno de alguns pontos. O Construtivismo Radical, ao abordar o mundo como uma construção mental, não seria compatível com uma perspectiva eminentemente social de mundo através das práticas discursivas, como proposto pelo Construcionismo Social. Isto se daria por que o Construtivismo Radical enfatizaria como o indivíduo biológico e psicológico constrói sua experiência, enquanto que o Construcionismo Social ressalta as práticas sociais de intercâmbio entre as pessoas.

Assim, para os construcionistas sociais, termos referentes ao mundo e à mente são contingentes e constituintes de uma prática discursiva, e, como parte da linguagem, sujeitos à contestação e negociação. Para os construtivistas, por outro lado, a cognição e suas operações cumprem uma função adaptativa, servindo para organizar a experiência, e sendo o cerne da própria experiência.

Portanto, os construtivistas radicais vêm as idéias, lembranças e conceitos como produções do indivíduo, decorrentes do seu operar no mundo, enquanto que os construcionistas sociais os entendem como provindas do intercâmbio social. Gergen (1994) associa o Construtivismo Radical à tradição ocidental do individualismo, na medida em que localiza no indivíduo os processos intrínsecos, enquanto afirma que o Construcionismo Social vincula as fontes de ação humana aos relacionamentos sociais, tornando a compreensão do funcionamento individual um aspecto do intercâmbio comum.

Embora o Construtivismo Radical associe-se a teorias que defendam a proposição de uma base social para a vida mental, apoiados por autores como Vygotsky (1996, 1984), o Construcionismo Social privilegia o processo microssocial compreendendo a ação humana a partir da esfera social.

Outra importante distinção pode ser feita na medida que o Construcionismo Social considera os processos psicológicos como construções históricas e

culturalmente contingentes. Enquanto que o Construtivismo Radical tende a considerar a experiência privada, o Construcionismo Social aborda o discurso sobre a experiência ressaltando as conseqüências sociais deste discurso em termos de supressão ou sustentação de diferentes formas de vida a partir deste discurso.

Mas esta distinção não possui, contudo, consenso. Neimeyer (1997) e Chiarie e Nuzzo (1996) enfatizam a distinção entre papel do indivíduo ou das convenções lingüísticas e sociais como um marcador de diferenças dentro dos construtivismos. A oposição básica entre o Construcionismo Social e Construtivismo Radical parece se dar, portanto, ao redor da construção do conhecimento centrada no indivíduo ou nas relações sociais.

Neimeyer (1997) nota que esta oposição revela mais do que uma questão de inflexão relativa, revelando questões mais fundamentais como natureza do si-mesmo e do *locus* do significado. Em sua análise, o autor nota uma diversidade de posições em relação ao si-mesmo, desde um extremo de uma individualidade idiossincrática, em uma psicologia “si-mesmo-centrada”, como em Guidano (1994), até outro extremo de dissolução de qualquer individualidade como entidade soberana e unitária, como em Sampson (1994).

Já no campo do *locus* de significado, outra tensão surge entre a predicação individual e o campo da linguagem comum, que teria implicações diretas com a prática clínica. Pois, defende Neimeyer (1997, 1994), a primeira posição, que se associa ao Construtivismo Radical, convidaria a intervenções mais reflexivas enquanto que a segunda, mais próxima ao Construcionista Social, colocaria ênfase em aspectos conversacionais.

Grandesso (2000) aponta que embora teoricamente esta distinção seja apreciável, não parece se dar na prática clínica, pois ambos os aspectos estão presentes na prática dialógica característica do Construtivismo Psicológico, em sua acepção mais ampla. É importante enfatizar que Neimeyer (1997) reconhece este ponto, ao postular uma integração progressiva de tradições que possuem uma epistemologia subjacente similar e complementar no campo da técnica terapêutica.

Cabe, no entanto, assinalar que tanto as diferenças como as similitudes no campo são indicativas de uma tensão de significados que poderia articular-se em um nível epistemologicamente integrador.

Mascolo, Pollacke e Fischer (1997) notam que o Construtivismo, enquanto movimento mais amplo, tem sido questionado, ao enfatizar que o significado é criado ativamente por meio da atividade mental auto-regulada, despertando críticas tanto de autores que se identificam com uma posição sociocultural como de autores com uma posição nativista. Os primeiros, por proporem a construção do significado como decorrente da atividade sociocultural, e os segundos por defenderem um inatismo das funções mentais. Mascolo et al (1997) consideram que estas críticas revelam uma tendência a uma dicotomia no pensamento construtivista e propõe uma abordagem que chamam de Sistemas Epigenéticos. Nestes, os indivíduos funcionariam como sistemas auto-organizados, que interagem com outros sistemas auto-organizados dentro de um sistema mais amplo de relações organismo-ambiente. Essa tentativa de solução teórica reflete a necessidade de integração das construções sociais e organização pessoal.

Uma tentativa de articulação entre as perspectivas Construcionista Radical e Construcionista Social é a sistematização proposta por Chiarie e Nuzzo (1996), que compararam os construtivismos psicológicos, sistematizando definições de diferentes autores, ao estabelecer uma distinção meta-teórica, adotando como critério a relação ente conhecimento e realidade.

Certas diferenciações não são consideradas, pelas autoras, como muito úteis, uma vez que se mostram muito amplas, como, por exemplo, o critério de participação pró-ativa, proposto por Mahoney (1991). Muitas abordagens, que os seus autores jamais se referiram a elas como construtivistas, caberiam neste critério, como a Psicanálise Heterodoxa de Adler, a Psicologia Analítica Junguiana, as Psicologias Humanistas e Existenciais, entre outras.

De fato, seriam, de acordo com Chiarie e Nuzzo (1996), poucas as abordagens que definiriam o indivíduo como explicitamente reativo. Duas razões ainda são apontadas pelas autoras como maiores dificuldades no estabelecimento de diferenciações e sistematizações em diferentes trabalhos. Primeiramente o critério de distinção escolhido pelos diferentes autores para diferenciar as abordagens, e em segundo lugar, a má compreensão de um autor em relação à abordagem de outro. Elas consideram, por outro lado, que certas dimensões parecem ser mais relevantes para a diferenciação, tais como os discriminantes de reflexividade, de Steier (1991), da afetividade inata ou construída de Armon-Jones

(citado pelas autoras), e de pertencimento de um objeto de construção ao sujeito construtor de Soffer (citado pelas autoras).

De sua análise Chiarie e Nuzzo (1996) propõem a distinção de um Construcionismo Epistemológico, que incluiria as vertentes do Construtivismo Radical, e Crítico entre outros e, um Construtivismo Hermenêutico que incluiria o Construcionismo Social em suas várias vertentes.

O primeiro grupo se caracterizaria pela ênfase no conhecimento como construção ativa do indivíduo, e o segundo definiria o conhecimento como uma construção social historicamente determinada, gerada lingüisticamente e contextualizada. Estes dois grupos constituiriam o Construcionismo Psicológico, sendo as abordagens Hermenêuticas distintas das Epistemológicas por enfatizarem o conhecimento como uma produção cognitiva e individual.

Grandesso (2000) considera que esta tentativa configura-se mais como uma busca de sistematização de diversas perspectivas, que em conjunto, Chiarie e Nuzzo (1996) chamam de Construtivismo Psicológico. Assim, embora seja importante a demarcação de distinções, essas autoras acabam contribuindo para a criação de uma maior diferenciação entre as perspectivas do que para um campo epistêmico de articulação.

Para Grandesso (2000), o Construtivismo Radical e Construcionismo Social poderiam encontrar uma articulação epistemológica mais consistente dentro do quadro de referência do pensamento pós-moderno, garantindo uma grade de interface comum, o que permitiria o uso articulado de ambas as abordagens. Este quadro coloca em relêvo as convergências epistemológicas, já explicitadas, como critério a produção do conhecimento, não mais fundamentado em uma lógica de correspondência fundacional ontológica, mas em uma concepção de produção. Assim, o critério distintivo do valor conhecimento deixa de “se corresponder ao real”, para “se me organiza para lidar com o campo de articulações que constroí”.

Outro quadro referente de importância para a compreensão desta articulação é a epistemologia da complexidade, representada por Morin (1995, 1997), que oferece outro sistema de inteligibilidade. Nesta perspectiva, a abordagem dentro de uma lógica disjuntiva entre o individual e o social implica em uma redução própria do paradigma da simplificação, um dos focos de crítica tanto do Construtivismo Radical como do Construcionismo Social.

Para Morin (1995, 1997), vivemos um espaço onde construímos conhecimentos disjuntivos que aparentemente nos levam a diferentes campos, porém, existe uma profunda lógica e raiz comum entre conhecimento, cultura e sociedade. O conhecimento do indivíduo organiza-se tanto ao redor de sua memória biológica como da cultura, para que ele possa constituir-se como autor de sua própria memória. Assim, o conhecimento é, em Morim (1998), coordenado:

... por dois sistemas polilógicos, complexos, sendo que um é biocerebral e o outro sociocultural, cada um destes complexos abrange instâncias complementares, concorrentes e antagônicas. (p. 74).

Podemos, então, considerar que na atividade cognitiva ocorre um processo dialógico entre duas polilógicas: a biológica e a sociocultural. Portanto, ambos os aspectos concorrem para a construção da linguagem, do social, da lógica, da memória e do raciocínio. Este encontro revela que o mais elementar conhecimento está inexoravelmente marcado pela confluência do encontro destas polilógicas, que Morim (1998) chama de bioantropopsicocerebral.

Desse modo, podemos compreender que todo conhecimento ou experiência individual tem sempre uma dimensão social, expressado por sujeitos que são os cruzamentos destes discursos polilógicos. Essas observações têm profundas implicações tanto para a Psicologia como a Psicoterapia. Pois, na prática clínica, somos confrontados com situações nas quais sujeitos singulares constroem suas narrativas, definem sua subjetividade nos contextos sociais peculiares de sua existência.

Isto implica que, enquanto terapeutas, interagimos com nossos clientes, dentro de um contexto social que é singular a cada encontro, estabelecendo distinções, ancoradas em nossas próprias narrativas, construindo compreensão de seus dramas particulares e das vozes canônicas que dirigem suas narrativas. Neste sentido, a prática da psicoterapia, definida como uma prática social, prioriza o indivíduo singular no contexto social em que vive.

## 6.2

### Contribuições para um modelo de terapia de casal

Quais são as implicações para a prática psicoterapêutica de um enfoque Construtivista Radical ou Construcionista Social? E para a Psicoterapia de Casal?

As reflexões sobre a constituição do sujeito e a construção do significado convidam a abordagens e técnicas que diferem muito de intervenções mecanicistas, características da aderência ao paradigma newtoniano-cartesiano e que levam a uma lógica do reparo. Essas diferenças revelam-se tanto no aspecto teórico e técnico quanto na estética e ética da prática psicoterapêutica. Desta maneira, as técnicas terapêuticas perdem o significado de meios para a mudança e revelam-se como outros meios para a relação significativa com o outro.

A técnica, assim vista, deixa de pertencer ao terapeuta e se torna provocadora de novas relações, revelando o fundamental da situação terapêutica: o encontro de subjetividades em diálogo. Duncan Hubble, Miller, Coleman (1998) falam de técnicas como invenção, privilegiando os clientes como inventores.

Rapizo (1996), por outro lado, foca as técnicas como recursos de construção e não de instrução. Esta inclusive é uma das conseqüências da perspectiva de diálogo como construção, como espaço cuja epistemologia nega a possibilidade de transferência de informação e no qual ocorrem coordenações de coordenações através do languagear (Maturana, 1997). Alguns pontos revelam este novo enquadre.

A visão Construcionista Social implica que a terapia se dá na e por meio da linguagem como articulação entre sujeitos, que, em diferentes complexidades, criam e restringem a experiência existencial, oferecendo e limitando alternativas de construção de subjetividades.

Além de o espaço psicoterapêutico possuir uma validação consensual social quanto à sua primazia como campo de resolução de problemas e criação de alternativas, ele também oferece o desafio de produção de práticas dialógicas e produção de subjetividades. Torna-se assim de extrema relevância a criatividade dos terapeutas em desenvolver alternativas de intervenções viáveis, que viabilizem a produção do novo e do alternativo, principalmente oferecendo novos

contextos e possibilidades para experiências propiciadoras de transformação de significados.

Cada cliente, neste contexto, deve ser considerado único e suas contribuições originais devem ser trazidas e consideradas relevantes para o processo. Cabe ao cliente, em sua realidade construída, o direito de decidir pela interlocução com um outro, o terapeuta, que é sujeito de uma trajetória e de uma construção de distinções que o permitem dialogar criativamente no campo terapêutico. O diálogo terapêutico ocorre dentro do contexto de uma cultura, que permeia sua prática, mas ainda permanece como produção desta mesma prática, que pode fornecer alternativas a narrativas empobrecidas e limitadas.

Assim, nesta concepção da terapia como atividade na linguagem, a conversação dialógica define-se como contexto no qual a mudança ocorre, sendo os clientes e os psicoterapeutas parceiros conversacionais, acerca de temas definidos nas narrativas familiares, culturais, e pessoais, levando a construção de novas e ricas possibilidades (Anderson e Goolishian, 1992, 1996).

O diálogo terapêutico é, contudo não usual, levando à produção de novos significados que reescrevam a experiência vivida marcando novos enquadres produtores de sentido. Trata-se de uma relação dialógica que não termina enquanto produção do sujeito social, mas que atinge níveis de criação do novo na reconstrução de narrativas. Deve-se de produzir o novo e, não, produzir de novo, alterando tanto as expectativas futuras como o enquadre do já vivido. Essa alteração se dá no nível do significado emocionado. Assim, o diálogo, além de produzir novas relações sociais, criando contextos e narrativas, propicia o surgimento de experiências de articulação subjetiva e intersubjetiva.

A produção de novas formas de subjetividades ocorre na emergência de diálogos emocionados, estabilizadores de novos nexos relacionais que produzem novos padrões de se emocionar na relação e, por conseguinte, de se produzir narrativas mais ricas e fluidas. O terapeuta, na perspectiva construcionista, não se coloca como ponto arquimediano do outro, mas faz seus recortes na narrativa do cliente, ciente de que parte de suas pré-concepções e da forma como foi perturbado por esta narrativa, que implica tanto no que se diz como o que se mostra no languagear (Maturana, 1997).

Gergen e Kaye (1992) denominaram Conversação Generativa para o entrelaçar conversacional aberto para múltiplas maneiras de pontuar a experiência, deslocando em diferentes perspectivas, favorecendo a construção de novos significados organizadores da experiência. Estabelece-se, assim, uma coordenação ativa com o processo de coordenação do cliente, em um processo que, se bem sucedido, conduzirá a novas “*gestalts*”, abrindo novos significados emocionados, co-criando narrativas organizadoras da experiência. Mas se o processo terapêutico é um diálogo, o que o distingue de outros diálogos de outras circunstâncias de conversação e interação?

O campo da psicoterapia possui uma especificidade que se construiu como distinção social e que se revela, também, no discurso sobre eficácia psicoterapêutica, e esta parece estar, pelo menos em um contexto construtivista, na produção da reflexividade no diálogo.

Por reflexividade entende-se o processo de se voltar sobre a construção realizada, comparando diferentes viéses da mesma, para construir o novo e, não, de novo. Significa gerar novos significados, na ação do sujeito, emparelhando narrativas, ao se transgredir contextos separados na narrativa, introduzindo novos viéses e, enfim, perturbando o processo de construção, para recuperar retroativamente o que foi ruído, em um novo nível, como sinal, produtor de significados (Grandesso, 2000; Neubern, 2004; Atlan, 1977).

Nesse sentido, as diversas técnicas podem ser vistas como facilitadoras de processos reflexivos, seja no dialogar, seja no interagir, em alguma situação provocadora. São inúmeras as técnicas que perturbam os processos de repetição, restringindo a ação do sujeito, alterando o contexto, metaforizando, intensificando a reflexão sobre si-mesmo, enquanto construção de experiência, seja através da reflexão sobre a linguagem, seja com mudanças nas condições em que o sujeito vivencia-se convidando e provocando-o a agir de modo novo. Mesmo explorando as conseqüências pragmáticas de um determinado viés, em uma situação, pode-se alterar dramaticamente o enquadre no qual ela se sustenta (Neubern, 2004).

Diversas técnicas propõem facilitar os processos de autoria da construção de si-mesmo no contexto terapêutico, como a conversação externalizadora de White (1991, 1993), na qual, em um contexto de psicoterapia como narrativa, os problemas são externalizados, transformados no discurso de qualidades dos

envolvidos no problema para uma metáfora concreta que afeta a experiência do cliente. Esse, como ressalta Tomm (1994), não é um enquadramento estático, mas uma espécie de redefinição do problema, um processo de reconstrução da narrativa, abrindo espaço para novas construções, desconstruindo uma narrativa paralisadora e possibilitando a co-autoria. Outras formas de construir relações, na quais a reflexividade seja a tônica, são possíveis, mas cabe apontar o questionamento como recurso por excelência para reconstrução do significado.

Muito tem sido escrito sobre o questionamento terapêutico desde que o Grupo de Milão propôs o questionamento circular (Palazzoli, Boscolo, Cecchin e Prata, 1978). Mesmo considerando que as contribuições desse grupo contextualizaram-se em um momento de transição da primeira para a segunda cibernética, como se nota em seus escritos, a entrevista circular, calcada nos princípios de circularidade, neutralidade, hipotetização e estrategização, definia-se como um instrumento técnico do terapeuta para gerar mudanças conforme a teoria terapêutica (Hoffman, 1995; Grandesso 2000). Mas em suas reflexões, o Grupo de Milão já se perguntava sobre a possibilidade da mudança ocorrer como decorrência do próprio método de questionamento, como um efeito negentrópico.

Tomm (1987a, 1987b, 1987c) propôs uma resposta a essa questão. Fundamentado no modelo comunicacional de Pearce e Cronen (1980), distinguiu diferentes formas de questionamento, de acordo com a intenção do terapeuta e com a lógica de sua inquirição. Perguntas poderiam ser feitas segundo uma lógica linear ou circular, e a intenção poderia ser descritiva - neste caso o foco é uma mudança na orientação do terapeuta como participant -, ou interventiva, no qual o objetivo é a mudança nos clientes. Assim, arranjadas, Tomm (1987a, 1987b, 1987c) diferenciou questões investigativas lineares, cujo foco é o diagnóstico, e questões estratégicas lineares, cuja intenção é induzir uma mudança na direção que o terapeuta julga ser a melhor. Segundo a lógica circular, o autor diferenciou questões circulares, que convidariam a uma mudança no hipotetizar do terapeuta como proposto pelo Grupo de Milão. E ainda questões circulares reflexivas.

Tomm (1987a, 1987b, 1987c) sugeriu que mudanças nos significados ocorrem quando perguntas circulares reflexivas proporcionam uma mudança na rede de significados, que podem ser descritos como organizados hierarquicamente

em uma rede entrelaçada, através de um “*loop* inesperado”. Isto é, da interação reflexiva e conseqüente mudança de um nível na hierarquia da rede a partir de outro nível. Tal atividade resultava em uma alteração da organização hierárquica entre níveis de significados inerentes ao sistema de crenças.

As perguntas circulares reflexivas apenas iniciariam, quando bem sucedidas, processos de reorganização na rede de significados, sendo a direção da mudança imprevisível, pois decorreria da organização autopoietica dos próprios sistemas humanos. O uso terapêutico intencional de perguntas que proporcionam diferentes direções de diálogo, propiciam intervenções terapêuticas mais consistentes com a intencionalidade do terapeuta, revelando um princípio do interagir: a estrategização. Esta revela a atividade terapêutica no aspecto de decisão de qual rumo tomar no diálogo, de acordo com suas intenções e julgamento de qual rumo seria mais promissor (Tomm, 1987a).

Em seu aspecto circular reflexivo, esse modo de questionar torna-se uma intervenção terapêutica por si mesma. Os novos significados decorrentes surgem como uma produção própria e uma apropriação da experiência pelo cliente. Este modo de dialogar convida o terapeuta a assumir o não saber como prática ética, pois a única possibilidade aberta é a de produção da reflexividade e a de facilitação dos processos autopoieticos, sem determinar qual mudança ocorrerá. No entanto, ao interpelar o sistema de crenças do cliente de forma reflexiva, o próprio terapeuta, em sua subjetividade, torna-se parte da rede de conexões, sendo, muitas vezes, a mudança referente a ele também, mudando o seu modo de hipotetizar ou seus sistemas de valores e crenças.

Outros modos de questionar foram diferenciados por Freedman e Combs (1996), dentre muitos presentes na prática clínica, como pertinentes ao contexto dialógico terapêutico: as questões desconstrutivas, as de abertura de espaço, as sobre preferências, as de desenvolvimento de histórias e as sobre significado.

As questões desconstrutivas desafiam as crenças, as práticas as atitudes que levam à construção de narrativas dominantes, convidando a olhar as histórias a partir de um novo viés, devolvendo ao cliente a autoria de sua narrativa.

As questões de abertura de espaço dirigem-se para a abertura de conversação em tópicos e que poderiam explorar episódios inéditos, que contradigam ou refutem a narrativa limitada, oferecendo uma alternativa à

narrativa limitante. Já as questões sobre preferências convidam à avaliação dos significados alternativos, surgidos nas novas narrativas em relação às histórias problemáticas. No caso das questões de desenvolvimento de histórias, estas propiciam a re-autoria da narrativa das histórias vividas, contextualizando-as em um processo, esclarecendo detalhes, enriquecendo a narrativa de modo a propiciar uma nova compreensão das histórias contadas com inserção do novo, do negligenciado. E as questões sobre significado incitam à criação de novos significados por implicarem no languagear reflexivo dos significados emergentes a partir dos episódios singulares, direções e histórias preferidas.

O questionar ancora-se na noção de que as experiências vividas são muito mais ricas que as narrativas construídas. Novos sentidos podem emergir da confrontação com eventos não historiados. E mais, o sentido de histórias vividas como os das histórias futuras são coloridas pelas histórias presentes. Assim, boas perguntas abrem e mantêm abertas possibilidades de sentido. O sentido hermenêutico, no entanto, deve orientar o questionamento reflexivo ancorando-se no diálogo e não em supostos processos considerados *a priori*.

Outros processos reflexivos podem ser explorados no contexto terapêutico, como aliás, o são desde a década de 1950. Andersen (1987) parece ter sido o primeiro a explorar as conseqüências, em um contexto pós-moderno, de convidar clientes a assistirem às discussões da equipe terapêutica sobre a atuação da família e do terapeuta, após uma sessão de terapia de família. Esta intervenção estilhou o campo hierárquico de atendimento, com importantes conseqüências, ao introduzir uma lógica reflexiva e dialógica entre a equipe de atendimento e a família. Quando o terapeuta dialoga com a família ou com os clientes, em conjunto eles constroem o contexto a partir do qual os membros da equipe elaboram suas narrativas, assim como compreensões orientadas pelos seus sistemas de significados pré-existentes. E, quando a equipe de supervisão compartilha suas reflexões, estas passam a construir o contexto a partir do qual o terapeuta e os clientes construirão seus significados, partindo do contexto anterior surgido no diálogo terapêutico. Tal processo segue até que um *loop* inesperado ocorra (Pearce e Cronen, 1980; Pearce, 2004; Tomm, 1987<sup>a</sup>, 1987<sup>b</sup>, 1987<sup>c</sup>).

Grandesso (2000) considera que este salto na significação se dá favorecido pela diferença entre duas formas de diálogo. O primeiro, o diálogo externo, ocorre

quando qualquer parte do sistema envolve-se em um padrão conversacional. O segundo, o diálogo interno, realiza-se quando o sistema de observadores ou o sistema terapeuta/clientes encontra-se ouvindo silenciosamente. Enquanto o diálogo externo exige uma seqüência relacional entre os atos da fala, adequados ao contexto da conversação, o diálogo interno permite saltos entre níveis de significado do sistema de significados do ouvinte, de uma forma mais desengajada. Segundo Andersen (1997), a mudança ocorre quando a intuição, que seria *“um estado de estar aberto às respostas que vem de dentro de mim quando sou tocado pelo que vem de fora”* (p.117), propicia uma nova forma de construir o significado. O que torna possível os observadores participarem do processo reflexivo é a participação no diálogo, não só pelo que se ouve, mas também pelo que se vê nos gestos, expressões e na construção narrativa que cada um faz, no fluir conversacional no qual os outros parecem também estar imersos. Essa construção, contudo, não se dá no vazio, mas na contextualidade dos sistemas de significados no qual o terapeuta também participa.

O uso de processos reflexivos desdobra-se em diversas técnicas e possibilidades, das quais apenas algumas foram apontadas, mas dependem da criatividade e abertura de quem as pratica. A relação terapêutica torna-se, assim, essencial na construção do campo reflexivo, com especial atenção às questões ligadas à emocionalidade.

Importantes mudanças com respeito à teoria e às implicações para prática clínica surgiram com as noções de construção e construções sociais (Andersen e Gooliashian, 1988, 1996). O reconhecimento da impossibilidade fundacional de um critério de distinção universal para a prática psicoterapêutica foi acompanhado de um contexto conversacional mais livre, flexível, e aberto à polissemia das construções dos sujeitos em diálogo.

Este novo campo mais flexível exigiu uma nova crítica da prática hermenêutica, pois as construções que emergem de uma relação não se dão em uma ausência de critérios, como se construir implicasse o pensamento de que tudo vale. O terapeuta, neste contexto, engaja-se com seus clientes, buscando flexibilizar as narrativas dos clientes introduzindo novas linhas através de conversação externalizadora, questionamentos circulares, uso de metáforas, do

círculo hermenêutico em uma prática reflexiva facilitadora de processos auto-organizadores.

Esta nova forma de abordar, liberta de hipóteses justificadoras do fechamento diagnóstico, permite aos clientes avançar para novas formas produtoras de sentido. Isto não significa a ausência de critério de compreensão, mas que este não se dá de modo monológico, no qual só o terapeuta tem a dizer, mas na compreensão co-construída da realidade vivida em suas contingências, limitações, realizações e potenciais criadores.

Apesar destas contribuições serem significativas, correm os riscos de universalização como método terapêutico, devido a sua ênfase exclusiva sobre linguagem e o social. Assim, o foco no emocional pode emergir como uma contribuição significativa, pois abre espaço para novas abordagens.

Como um dos principais aspectos dos processos de construção de sentido, em um diálogo terapêutico, não é suficiente apenas identificar as emoções, nomeando-as com um viés cultural, mas compreender sua qualificação nas histórias vividas socialmente. Além disto, como as emoções não se esgotam na linguagem (Maturana, 1997; Martins, 2004; Neubern, 2004), revelam um processo complexo que requer compreensão e abordagens indiretas que forneçam diversos indicadores sobre formas de funcionamento e organização dos sujeitos: *“Isto permite que o terapeuta construa referências sobre suas possibilidades e impossibilidades de intervenção, a serem elaboradas segundo a singularidade do processo de seus pacientes”* (Neubern, 2004, p. 165).

Grandesso (2000) ressalta a narrativa como construção dos significados, do si-mesmo e como organizadora da experiência. Mas viver é mais do que narrar, como aponta a autora. Então, o que é que se organiza nas relações e discursos? Grandesso (2000) ao discutir as proposições de Maturana (1993) considera:

que nos humanos, no domínio de nossa corporeidade, vivemos nossa existência no contexto de nossas interações e relações. Neste sentido o que distinguimos como psíquico, mental, e espiritual define-se também nos espaços das relações. (p. 225).

Nessa abordagem da lógica biológica, o que podemos dizer do “emocionar” é que, como campo de distinção do observador, são as disposições corporais dinâmicas que especificam distintos domínios de ação e diferentes padrões de relação com os outros. Assim, para Maturana (1993), ao se mudar a emoção

muda-se o domínio da ação e aquilo que podemos aceitar como resposta possível, convidando a diferentes padrões de interação. Certas pautas de ação e interação tornam-se possíveis em certo emocionar e não outras. E mais, como todo domínio cognitivo no humano, para Maturana (1997, 1993), é emocionado, tornamo-nos capazes de certas compreensões e não outras, criando narrativas ou as repetindo conforme o padrão emocional predominante.

Contudo, o domínio do emocionar ancora-se não como uma fonte fundacional de uma pauta de ação específica, como se uma ação social estivesse determinada por uma emoção, mas implica em uma coordenação consensual de condutas que revela o aspecto social do emocionar (Neubern, 2004; Grandesso, 2000).

Maturana (1997) considera que o emocionar humano se dá tanto fora como dentro da linguagem. Portanto, mudanças inesperadas nas pautas de ação ocorrem sem que sejamos capazes de inferir em nosso discurso conceitual sua expressão, revelando a multidimensionalidade do emocionar.

Podemos compreender isto à medida que a multidimensionalidade do mundo relacional humano na linguagem dá origem a distintos domínios emocionais que não poderiam existir de outra maneira. Maturana (1997) distingue, portanto, como fenótipo ontogênico possível em nossa espécie esse emocionar consensual entrelaçado na linguagem, justaposto em nossa experiência com o emocionar consensual biológico não coordenado na linguagem.

Para Maturana (1993) a conversação é um conceito tão central que afirma que o “*o viver humano se dá, de fato, no conversar*” (p. 11). As emoções transformam-se no fluir do languagear, conceito que para o autor expressa o ato de estar em linguagem. Mas não se restringem ao ato de falar em si-mesmo, pois, de modo recíproco, ao mudar as emoções muda-se o languagear. Assim, para Maturana, o “emocionar” tanto produz quanto é produzido pelo languagear, revelando padrões de acoplamento estrutural e de organização. É importante, neste contexto, lembrar que para este autor conhecer é viver, significando que o ato de distinção como base epistemológica aparece nos diversos níveis da observação do estar vivo, inclusive no emocionar. Maturana (1997) considera, ainda, o “emocionar” como parte do padrão da organização que mantém o acoplamento estrutural do organismo. Assim, os padrões de acoplamento são

emocionais e tanto são produzidos como mantidos por uma organização, em um engajamento estrutural, como no caso da conjugalidade.

Por outro lado, as emoções podem ser consideradas como ações sociais que derivam seus significados de sua colocação dentro de rituais de relacionamento, como faz o Construcionismo Social. Gergen (1994) considera que o discurso emocional adquire seu significado pela forma como participa dos relacionamentos sociais e não por sua relação com um mundo interno. Sem o significado social da emoção, para este autor, reduziríamos a pessoa a um autômato, mesmo que pessoal, não humano.

Narrativas sobre as emoções têm se revelado em investigações antropológicas e históricas como contingentes, consistentemente com a posição do Construcionismo Social (Gergen, 1985, 1994). Quanto à inteligibilidade da emoção, Gergen considera que as performances emocionais só são compreensíveis dentro de um contexto de uma interação em andamento. Uma expressão emocional não se dá fora de um contexto socializado, e sem este contexto, não é compreensível. Portanto, as performances emocionais são consideradas constituintes de cadeias mais amplas de padrões de interação.

Assim, as narrativas podem ser consideradas, pela sua importância, como organizadoras de inteligibilidade para episódios, ações e relatos que ganham sentido no fluir social de uma relação. As ações individuais, mesmo que praticadas em isolamento físico, são cheias de significados e estão incorporadas em narrativas que preenchem o diálogo do indivíduo com o social que, lhe empresta sentido. Como tais, as expressões emocionais só ganham sentido quando apreendidas em uma seqüência particular de trocas no tempo.

Para Gergen (1994), o indivíduo singular é apenas intérprete de uma expressão emocional de um dado ato, dentro de um cenário relacional mais amplo e dentro de uma história cultural. E, ao viver múltiplos contextos, nos quais o emocionar de um pode ser contraditório ao outro, cria emocionalidades e narrativas que tentam inserir-se e responder a múltiplas dimensões, criando histórias cindidas e, muitas vezes, paradoxais.

Considerando a posição de Maturana (1993, 1997), a partir da distinção biológica da nossa espécie, ou de Gergen (1994), que enfatiza a dimensão relacional, abordar o emocionar significa considerar a narrativa emocionada como

foco de sentido. Narrativa contextualizada em que o outro, mais do que personagem, é ator criando um contexto para interpretação do vivido.

Superar a fragmentação que parece marcar o campo da Psicologia, considerando a complexidade da experiência, implica em apoiar-nos em teorias que considerem as dimensões bio-psico-antropo-social conforme a proposta de Morin (1996b). Só poderemos aceitar e reconhecer a condição humana se considerarmos os indivíduos como agentes autônomos. Autonomia, no entanto implica na conjunção apontada por Von Foster (1994) e retomada por Morin (1996a) do sujeito como sistema aberto que auto-organiza, mas em relação a um contexto e ambiente.

O si-mesmo nesse contexto apresenta-se, sem cair no solipsismo nem tampouco no niilismo, bem diferente da visão reificada fundacional da modernidade (Varela, 1994), como co-produtor das condições que o geram as narrativas de onde extrai sentido (Grandesso, 2000).

### 6.3

#### **Algumas implicações éticas e estéticas**

Um quadro referencial, como o proposto pelo construcionismo social e pelo construtivismo radical, tem implicações profundas para a experiência humana, sugerindo questões éticas e estéticas. Ao discutir essas implicações, Von Foster (1984, 1994) apontou dois imperativos que parecem emergir do quadro referencial do construtivismo radical. Um imperativo ético: atue de forma a sempre a fomentar o número de opções. E um imperativo estético: se queres conhecer, aprendas a atuar.

A ação em ambos os sentidos só pode ser tomada como ação local, na qual não podemos inferir nenhuma regra universal fundacional. Isto não significa que tudo vale, mas que é preciso reconhecer as condições de validação ética e de escolha estética.

Ambos decorrem do estabelecimento da autonomia como condição humana. Não uma autonomia monológica, mas uma autonomia centrada na construção dialógica, calcada no reconhecimento de uma experiência construída. Isto significa que o conhecimento construído em uma relação implica em uma co-

construção no qual nenhum dos participantes do diálogo detém, *a priori*, a primazia do discurso. Portanto, em relação ao princípio dialógico:

Se o aceito, nem eu e nem o outro podemos ser o centro do universo Assim como no sistema heliocêntrico, é preciso que haja um terceiro que sirva de grandeza de referencia central. Essa é a relação entre o tu e o eu, e se chama identidade: realidade = comunidade. (Von Foerster 1994, p. 65).

Assim, a atuação que leva à construção de nossa realidade compartilhada é uma atuação conjunta que se dá, por sua vez, no languagear (Maturana, 1997). As escolhas são feitas, então, a partir de opções que se figuram no campo interacional como articuladas. Assim, ampliar as opções significa ganhar graus de liberdade, abrindo possibilidade de novas negociações mais fluidas e consistentes. O aspecto estético, imbricado com a ética, convida a uma estética do agir como caminho da produção de si-mesmo em uma realidade co-construída. Gergen (1985) nos incita a uma visão da ética como uma instância local, criada e vivida em microcontextos sociais que geram, na negociação, sua validade.

A posição do Construtivismo Psicológico (Chiarie e Nuzzo, 1996) tem importantes implicações para a prática clínica que, muitas vezes, são mal entendidas (Wieling, Negretti, Stoke, Kimball, Bateman e Bryan, 2001). Alguns pontos merecem reflexão. O papel do terapeuta tem sido questionado como a aceitação de múltiplas realidades e valores que levariam a uma condição de “vale tudo”. Embora a posição central do Construtivismo Psicológico seja de que não exista uma base fundacional acessível para o conhecimento humano, este se dá em uma relação permeada de contextos sociais, históricos e políticos. Assim, certas construções não são possíveis, com consistência, dentro de certos critérios. Isto ocorre, até mesmo, dentro da prática científica, a qual, ao adotar certos critérios metodológicos ou epistemológicos, torna certos objetos abordáveis ou não.

Além disto, ocorre o engano de que as crenças e valores do terapeuta, na perspectiva construtivista, devam ser abandonados, deixados fora da clínica. Efran e Clarfield (1992) nos lembram que pessoas, terapeutas e clientes têm valores pessoais e crenças, fato que é preocupante apenas quando tais noções são impostas como valor de verdade.

Neste sentido, o terapeuta, em uma abordagem construtivista, em uma expressão ética e estética, coloca-se como convidado, facilitador, ou interlocutor e não mais como especialista, supervisor ou portador de um conhecimento definitivo sobre o cliente em sua realidade. Essa posição redundante em aceitar a experiência vivida do outro como realidade construída, mas que poderia oferecer maiores opções na medida em que ambos, terapeuta e cliente, aprenderem na sua relação a construir novas realidades, com novas narrativas e significados emocionados.

Assim, ética e esteticamente, somos encaminhados a co-construir emocionalidades livres de narrativas limitantes, permitindo a emergência de novas experiências subjetivas e novas construções de si-mesmo. Talvez, a maior mudança não seja a que se dá de uma narrativa para outra, mas a desenvolvida de uma forma de se construir para outra, ou seja, de uma forma regida por discursos limitantes para outra, na qual cada um se assume como autor e ator do historiar as muitas histórias possíveis da vida.

No caso da Terapia de Casal, essa postura convida ao reconhecimento da conjugalidade como lugar também do exercício da co-construção de uma história que, em uma visão dialógica, remete a conversações mais fluidas e livres. Assim, a presença de padrões de repetição de narrativas limitantes, revela a possibilidade de mudança e, muitas vezes, a necessidade da mudança. Cabe ao casal negociar e reconstruir seu encaixe em uma narrativa que faça sentido, para que a relação conjugal torne-se lugar de produção de um si-mesmo - com opções - emocionado.